

**ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE – UNIPACE**  
**MBA EM GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA**

**AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: EFEITOS NA IMPLANTAÇÃO DE  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM MARANGUAPE ENTRE 2017 E 2021.**

Valdgleidson Oliveira Agostinho da Silva

FORTALEZA-CE

2023

## RESUMO

Este artigo intitulado Avaliação em larga escala: Efeitos na implantação de políticas educacionais em Maranguape entre 2017 e 2021, discute o tema das avaliações externas com um cultura expandida nos âmbitos nacional, estadual e dos municípios brasileiros. Tem como objetivo central analisar os efeitos dos resultados das avaliações externas na implantação de políticas públicas educacionais no Município de Maranguape, no período entre 2017 e 2021. A importância desta temática está relacionado ao fato de que esse tipo de avaliação provoca diversas políticas e ações educacionais com o intuito de melhorar os resultados e índices. Demonstra-se neste trabalho que há uma diferença entre avaliação externa (desempenho) e interna (aprendizagem), porém estas são aliadas, tendo em vista que se os estudantes aprendem, os resultados das avaliações serão, por consequência, satisfatórios. Para realização deste artigo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental como meio de colher dados e informações aqui debatidos. Analisou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), focando nos anos entre 2017 e 2021, destacando as ações implantadas pelo município a fim de melhorar os índices educacionais. Acredita-se, portanto, que este trabalho evidencia de forma clara e objetiva, a importância do papel das avaliações em larga escala para o sistema educacional como um todo, especialmente em Maranguape, município debatido neste artigo, em que os resultados das avaliações provocaram efeitos concretos no planejamento e execução de ações, notadamente nos anos de 2017 a 2021. É possível concluir na análise do trabalho evidencia de forma clara e objetiva que as avaliações feitas nesses anos, serviram como base para melhoria e desenvolvimento educacional no país, estados e municípios, principalmente em Maranguape.

Palavras-chave: Avaliação externa, Resultados, Políticas Educacionais, Maranguape.

## **ABSTRACT**

This article entitled Large-scale evaluation: effects on the implementation of educational policies in Maranguape between 2017 and 2021, discusses the topic of external evaluations with a widespread culture at the national, state and municipal levels in Brazil. Its central objective is to analyze the effects of the results of external evaluations on the implementation of public educational policies in the Municipality of Maranguape, in the period between 2017 and 2021. The importance of this theme is related to the fact that this type of evaluation provokes several educational policies and actions in order to improve results and indexes. It is demonstrated in this work that there is a difference between external (performance) and internal (learning) evaluation, but these are allied, considering that if students learn, the results of the evaluations will, consequently, be satisfactory. To carry out this article, bibliographical and documentary research was used as a means of collecting data and information discussed here. The Basic Education Development Index (IDEB) was analyzed, focusing on the years between 2017 and 2021, highlighting the actions implemented by the municipality in order to improve educational indicators. It is believed, therefore, that this work demonstrates, in a clear and objective way, the importance of the role of large-scale assessments for the educational system as a whole, especially in Maranguape, the municipality discussed in this article, in which the results of the assessments caused negative effects. concrete actions in the planning and execution of actions, notably in the years 2017 to 2021. It is possible to conclude in the analysis of the work it clearly and objectively shows that the evaluations carried out in these years served as a basis for improvement and educational development in the country, states and municipalities, mainly in Maranguape.

Keywords: External evaluation. Results. Educational Policies. Maranguape.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do processo educacional brasileiro, atualmente, tem sido bastante discutido no país, tendo como base desse processo analítico os resultados educacionais a partir da realização das avaliações em larga escala atualmente.

A cultura de avaliação implantada pelo Ministério da Educação em âmbito nacional, bem como pelos estados e municípios por meio de políticas educacionais tem sido alvo de grandes reflexões e tomadas de decisões diante dos resultados obtidos por cada ente federativo, pela escola, até chegar aos alunos. É com base em tais resultados que políticas públicas educacionais são criadas na perspectiva do enfrentamento dos desafios educacionais ainda existentes no Brasil.

Os objetivos da realização das avaliações em larga escala vão desde prover informações sobre o desempenho dos sistemas educacionais, em relação à qualidade do ensino oferecido, até permitir que as instituições escolares e professores possam refletir sobre esses resultados e pensar em ações possíveis que impactem no futuro educacional nos municípios, estados e país.

As avaliações em larga escala ou avaliações de desempenho se configuram como uma política pública de educação. Segundo Werle (2010) apud Caldeirón e Borges (2020) “é um procedimento amplo e extensivo, que envolve diferentes modalidades de avaliação e abrange todo um sistema de ensino, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema, desse modo, a avaliação de larga escala sempre é uma avaliação externa às instituições escolares avaliadas”

Portanto, algumas das propostas das avaliações externas são: Chegar a resultados genéricos por meio dos quais os sistemas de ensino poderão nortear seus trabalhos pedagógicos, criar políticas públicas de enfrentamento às deficiências do processo de ensino e aprendizagem e rever o planejamento, modificando as estratégias e metodologias utilizadas por esses sistemas.

Como uma política nacional de educação, o sistema de avaliação acabou, de certo modo, pressionando os estados e municípios a criarem seus sistemas próprios, bem como focou o trabalho realizado pelas escolas em resultados. Sendo assim, fez com que estudiosos da área: Professores, gestores também tivessem um olhar crítico para a cultura de avaliação, principalmente porque, em certa medida, desvalorizou atividades mais construtivistas e

progressistas, elevando a prática de ações mecânicas e de treinamento como forma de preparar os estudantes para fazer os testes.

Refletindo sobre essas questões, este trabalho de pesquisa bibliográfica e documental tem o objetivo central, discutir os efeitos dos resultados das avaliações em larga escala na implantação de políticas públicas educacionais no Município de Maranguape, no período entre 2017 e 2021. O foco desta pesquisa qualitativa dá-se a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Com este fim, este trabalho traz em seu escopo um resumo da história das avaliações externas no Brasil, fazendo uma retrospectiva até como o sistema está organizado atualmente. Ainda colocou, uma ideia sobre avaliação da aprendizagem, sua importância para a análise dos indicadores e também que as mesmas têm para a elaboração do (re) planejamento de políticas públicas educacionais, notadamente em ações empreendidas no município de Maranguape. Também faz uma reflexão da cultura da avaliação no Brasil. Uma compreensão em relação entre desempenho e avaliação da aprendizagem. Relaciona uma implantação de políticas públicas de educação pós resultados das avaliações em larga escala.

Os objetivos específicos deste trabalho são: Refletir a cultura de avaliação externa implantada no Brasil; Compreender a relação avaliação de desempenho e avaliação da aprendizagem; Relacionar implantação de políticas públicas de educação pós resultados das avaliações em larga escala.

Por fim, o artigo apresenta os resultados do IDEB no município de Maranguape entre 2017 e 2021, ao tempo em que mostra as ações empreendidas com base nos resultados educacionais das referidas avaliações externas, evidenciando a implantação de futuras políticas de educação geradas com os efeitos dos resultados obtidos.

Espera-se, portanto, que este trabalho sirva como suporte de estudo e de reflexão sobre o estudo da avaliação em larga escala e seus efeitos para implantação de políticas de educação, pois se sabe da estreita relação que existe entre estas duas ações extremamente importantes para a educação e que todos devem estar, de forma constante discutindo e pensando em ações que impactem de forma direta na aprendizagem dos estudantes e nos resultados educacionais do município.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### **Um relato breve sobre as Avaliações em Larga Escala no Brasil e no Ceará**

Durante a década de 90 a educação brasileira passou por diversas e profundas mudanças, ganhou novos rumos e iniciou-se uma luta pela sua democratização, conforme demanda a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Nº 9394, de 1996. De fato, ao longo dos anos, o país conseguiu ampliar de forma significativa o acesso à escola, necessitando, assim, de acompanhamento da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Um dos meios de acompanhamento dos resultados educacionais, de certo modo, de controle, foi exatamente a implantação de políticas de avaliação que para estudiosos e profissionais, é um modelo neoliberal e da ação massiva dos organismos nacionais e internacionais que busca um modelo de produtividade.

Para muitos educadores e estudiosos, não se configura como algo favorável. O fato é que a cultura de avaliação externa foi, de fato, implantada e expandida pelo Brasil.

Nos últimos anos, as avaliações externas ganharam muita força, principalmente porque os resultados das mesmas foram vinculados a repasses financeiros e políticas públicas de educação. Desse modo, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, implantou diversas avaliações em larga escala aplicadas em todo o país.

Um dos sistemas mais importantes no âmbito nacional é o Sistema da Educação Básica (SAEB), criado em 1988 pelo Governo Federal. O SAEB é um dos mais antigos sistemas de avaliação, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Para Menezes (2023) o referido sistema tem por objetivo “acompanhar a qualidade do ensino básico das escolas públicas e particulares de todo o país. Além de detectar os problemas incidentes no ensino, também propõe definir ações para corrigi-los”.

Para além do acompanhamento da qualidade do ensino no Brasil, os resultados se configuraram como um importante instrumento de formulação de políticas públicas educacionais, fazendo chegar aos estados e municípios brasileiros ações de fortalecimento da educação com vista a assegurar à aprendizagem.

As avaliações em larga escala promovidas pelo MEC ganharam notoriedade e importância a cada edição realizada, o que fez despertar bastante interesse e compromisso por parte dos gestores escolares, professores, famílias, estudantes e, especialmente, nos governantes, dadas a visibilidade dos estados e municípios quanto aos seus resultados satisfatórios. Isso fez despertar nas diversas esferas de governo o dever de implantar políticas

estaduais e municipais com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes e, conseqüentemente, os resultados das avaliações externas.

Em 2005, com vistas à verificação de dados sobre a realidade educacional brasileira, foi instituída a Prova Brasil, um exame de caráter censitário, em Língua Portuguesa e Matemática, que avalia os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. Em 2007, houve a segunda edição da Prova Brasil em todo o país, trazendo como algo novo a implantação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Cada escola, município e o estado recebem uma nota pelo desempenho nas avaliações, tendo o Ministério da Educação projetado as notas por cada segmento até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil.

Com o estabelecimento de metas para o País, Estados e Municípios brasileiros a partir do ano de 2005 até 2021, professores e governantes buscaram empreender estratégias para alcançar tais metas. O objetivo era que até 2021, último ano de realização do exame, o Brasil alcançasse IDEB 6,0, considerada como nota razoável para uma educação de qualidade.

As turmas que realizam a prova aplicada bianualmente sempre nos anos ímpares, são o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, em Português e Matemática. Os testes são feitos externamente na escola, com aplicadores que não fazem parte da instituição de ensino e a nota final também leva em conta a aprovação e reprovação dos estudantes do ano letivo em que ocorre o exame.

Sem nenhuma dúvida, a aplicação dessas avaliações tem gerado, em certa medida, um nível de consciência em relação à aprendizagem dos estudantes por parte dos trabalhadores em educação e dos governantes e, além disso, a cultura de avaliação tem sido fortalecida no Brasil, principalmente quando vincula os resultados ao repasse de verbas aos estados e municípios. Foi o que estabeleceu a Lei do Novo Fundeb (Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020), em seu artigo 5º, Inciso III:

III – complementação - VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançam evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei.

O repasse do percentual citado acima está vinculado aos resultados dos testes padronizados realizados pelo sistema nacional de avaliação, o que faz com que os governos, que não querem perder dinheiro, fazem o que lhes é possível para melhorar os índices. O “perigo” mora justamente no “vale tudo” pelo aumento dos resultados, mudando o foco e

objetivos da educação que, decerto, não é o de treinar, nem domesticar. Essa questão é a que mais aparece nas críticas quando se está tratando de avaliação em larga escala.

Para alguns educadores, especialmente os que defendem uma educação progressista, a questão está na evolução da aprendizagem do aluno que, por consequência, se o mesmo aprende, certamente se sairá bem nos exames, ao invés de estarem treinando os estudantes durante todo o ano para enfrentara prova ao final do período letivo, já que esse tipo de avaliação se caracteriza como somativa.

Um ponto importante é a questão quando se trata de resultados diz respeito ao acompanhamento da sociedade aos índices obtidos. A partir destes, a sociedade tem se mobilizado e cobrado mais do poder público e vem contribuindo para que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

Outra questão bastante interessante é que os estados e alguns municípios brasileiros têm implantado seus sistemas próprios de avaliação. Isto garante uma maior participação nas avaliações em larga escala, bem como visa acompanhar os resultados no âmbito do estado ou do município com vistas à avaliação nacional.

Não se tem dúvida que esta cultura de avaliação de fato vem sendo disseminada por todo o país. Como já foi dito, a relação dos índices encontrados nessas avaliações com o financiamento da educação tem ligação direta e isso leva muitos gestores a valorizarem mais as avaliações e, conseqüentemente, investem mais em educação. O investimento que o governo precisa fazer para que as avaliações de fato ocorram é muito alto. Por isso, a vontade política é decisiva no processo sendo fundamental para que tudo se concretize da melhor forma possível. É o caso do Estado do Ceará, com destaque nacional por conta dos investimentos e dos resultados obtidos nas avaliações nacionais.

No Estado do Ceará, o governo também adotou uma linha metodológica de aplicação de avaliações com ênfase no 2º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de analisar as competências e habilidades de alfabetização já desenvolvidas pelas crianças. Inclusive com premiações muito significativas para as escolas e municípios que bem conseguem maiores índices nas avaliações.

Na verdade, as escolas estão muito voltadas para essa questão da avaliação externa. E isso, com todas as questões positivas e negativas, vem dando visibilidade a alfabetização do Ceará tem melhorado significativamente. Desde 2007, com o então Governador Cid Gomes, foi implantado o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), tendo como foco inicial no processo de alfabetização e, posteriormente ampliado até o 9º ano do Ensino Fundamental. O programa foi continuado e fortalecido no Governo Camilo Santana, dando ênfase à avaliação

externa e seus resultados através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

São várias as políticas públicas que o estado do Ceará tem implantado desde a criação do programa, tais como o fortalecimento da formação de professores, aquisição de materiais pedagógicos, melhoria na infraestrutura das escolas, ampliação da jornada escolar, regime de colaboração entre o estado e os municípios cearenses, dentre outras.

O fato é que, embora haja contradições e críticas em torno das avaliações em larga escala, é notório que muitos investimentos têm sido feitos, ao tempo em que políticas públicas foram implantadas a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Não cabe neste artigo discutir os pontos positivos e negativos do processo avaliativo, mas sim, provocar reflexões para que se possa buscar convergências sobre a aprendizagem dos alunos em sala de aula e seu desempenho nas avaliações externas.

### **Avaliação de desempenho e avaliação da aprendizagem**

O ato de avaliar é inerente à vida humana e em diversas áreas, como é o caso do processo educacional em seus diversos contextos e objetivos. É também um tema de muitos debates no campo da educação e que carrega vários pontos que convergem e divergem em seus conceitos teóricos e práticos.

Neste sentido, há de se compreender o que é a avaliação em seus variados contextos, exemplo: A avaliação externa e interna, de rede, de desempenho, da aprendizagem, etc. Os diversos conceitos e idéias levam ao entendimento de que avaliar é uma importante estratégia de planejamento, de correção de rumo, de transformação social, de criação de políticas públicas educacionais.

Não se quer com este trabalho discutir um modelo de avaliação e nem justificar que esta ou aquela esteja incoerente com a realidade social dos alunos, mas sim, tentar despertar um senso crítico e uma conscientização. Para que todos que estejam envolvidos com processo educacional saibam como de fato obtém bons índices e como se pode reverter os que estão negativos.

Neste sentido, cabe diferenciar o que é avaliação externa ou de desempenho, questão central de discussão neste artigo, e avaliação interna ou da aprendizagem. Recorrendo a Luckesi (2003), pode-se dizer que o processo avaliativo que a escola realiza é a interna, aquele que foca na aprendizagem do aluno em uma perspectiva processual e formativa, sem preocupação exacerbada com a prova, porque nesse tipo de avaliação se considera o processo como um todo. Por outro lado, a externa foca no desempenho do estudante em uma prova que

é inerente à escola e que leva em conta somente o conteúdo cobrado no exame, sem considerar o processo como um todo, como por exemplo: a Prova Brasil, ENEM, SPAECE, etc.

Os objetivos entre esses tipos de avaliação também se diferenciam. Enquanto a externa objetiva verificar uma rede, um sistema de educação, ou seja, os seus resultados se voltam para uma análise das políticas de educação implantadas naquela rede de ensino, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal. Já a interna visa medir a aprendizagem dos estudantes considerando o cotidiano escolar e todos os aspectos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, não é a avaliação externa que diz se o aluno aprendeu ou não, pois de acordo Gimeno Sacristán (1998)

A existência de avaliações externas pode comprometer, pela ênfase na crença de seus resultados como portadores da “última palavra”, os necessários debates críticos sobre a situação educacional e seus procedimentos, além de submeter os professores a uma pressão externa, “subtraindo-lhes a autonomia profissional” e impedindo-os, contraditoriamente, de desenvolver um trabalho mais profícuo com seus alunos.

É defesa dos estudiosos da área de avaliação que a escola deve dar ênfase ao processo avaliativo que ocorre internamente, tendo em vista que o processo deve considerar diversos aspectos quando se está julgando a aprendizagem dos estudantes. Para além do aspecto cognitivo, é necessário se observar, também, o afetivo, emocional, social, histórico, econômico, cultural, etc.

Obviamente não se trata de evidenciar que tipo de avaliação é melhor ou a mais adequada. Evidentemente que cada uma tem sua importância de acordo com seu objetivo, no entanto é necessário diferenciá-las para que não haja confusão nem supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, a avaliação externa é importante para formulação de políticas públicas e de análise da educação de um sistema de ensino ao tempo em que a interna verifica a aprendizagem individual do aluno, o que na primeira isso não ocorre. Como relata GATTI:

“Há limites na avaliação externa, ou seja, ela não acompanha o aluno individualmente. Daí ser essencial a avaliação interna, que permita saber o desempenho de cada um, e também analisar as práticas pedagógicas e as condições gerais da escola” (GATTI, 2003)

Neste sentido, é necessário compreender que tanto as avaliações externas como internas tornaram-se base para o trabalho dos professores e escolas de todo o país. Embora a

primeira funcione como política de regulação e de controle dos resultados, é importante para se pensar ações de melhoria dos processos educacionais. Já a segunda é fundamental na escola, pois observa-se nos estudantes em todos os aspectos a melhoria no processo de aquisição do saber, o que faz com que o interesse e o envolvimento de todos que estão diretamente ligados ao mesmo torna-se mais acentuado e mais trabalhado, de modo que os alunos aprendem e, ao mesmo tempo, preparam-se para essas avaliações.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa de cunho bibliográfico, documental e qualitativa, tem sua sustentabilidade pautada na importância do tema abordado. Uma pesquisa como esta tem sua validade na ideia de que o conhecimento é sistemático sendo preciso estar sempre discutindo conceitos, concepções, analisando e refletindo criticamente o que está posto na literatura de autores que discorrem sobre o tema.

Deste modo, este trabalho acadêmico buscou, a partir de ideias de autores em artigos científicos, realizar uma discussão conceitual mostrando a consolidação da cultura da avaliação externa e seus efeitos para a formulação de políticas públicas educacionais. Ainda recorremos a documentos da educação de Maranguape a fim de colher dados e informações sobre as ações educacionais que serão relatadas. Segundo Pádua (1997, p.62), pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Determinou-se, também, a pesquisa bibliográfica como base para este trabalho. Sabe-se que este tipo de pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois a discussão proposta leva a análises e reflexões críticas que contribuiram para mudanças de posturas. Escolheu-se a pesquisa bibliográfica, dada a sua importância para análise de conceitos e para a construção de novos que possibilitam estudos posteriores. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

## **RESULTADOS**

### **Efeitos dos resultados das avaliações externas em Maranguape/Ce**

Não diferente dos outros municípios brasileiros, Maranguape, uma cidade da região metropolitana de Fortaleza, que tem, em média, 15 mil estudantes da educação infantil e ensino fundamental em sua rede municipal, participa dos sistemas de avaliação citados neste trabalho, quais sejam: O SAEB e o SPAECE. No primeiro sistema trazemos os resultados do município e os efeitos dos resultados na implantação de políticas de educação no referido município entre os anos de 2017 e 2021.

No quadro abaixo, serão apresentados os resultados do município de Maranguape desde o ano de 2005 até 2021.

	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021	
	M.P	I.O.																
A.I	0	3,6	3,47	3,7	4,0	4,3	4,5	4,8	4,7	4,6	5,0	5,3	5,3	5,8	5,6	6,1	5,9	5,8
A.F	0	2,9	3,0	3,3	3,1	3,7	3,4	3,8	3,8	3,9	4,1	4,6	4,4	4,7	4,7	5,0	4,9	5,1

Quadro 1: elaborado pelo autor

Fonte: INEP, 2023

Legenda: MP - Meta Projetada; IO- IDEB Observado; AI - Anos Iniciais; AF- Anos Finais

Como propõe o objetivo deste trabalho, nos deteremos na análise dos resultados entre os anos de 2017 a 2021. Observa-se, porém, que tanto nos anos iniciais como nos anos finais do ensino fundamental o município vem em uma crescente, sempre ultrapassando as metas projetadas.

No ano de 2005 não havia meta projetada por ser o primeiro ano de aplicação antes da criação do IDEB, tomando o referido ano como início para projetar as metas até o ano de 2021.

Pode-se afirmar que no decurso dos anos de 2017 a 2021 o município teve um crescimento substancial, chegando, em 2019, ultrapassar a meta desejada, média 6,0, tendo o mesmo atingido a nota 6,1 nos anos iniciais. Nesse mesmo ano, os anos finais alcançaram o Ideb 5,0, em uma perspectiva de progresso nos resultados avaliativos.

Portanto, algumas das propostas das avaliações externas são: chegar a resultados genéricos por meio dos quais os sistemas de ensino poderão nortear seus trabalhos pedagógicos, criar políticas públicas de enfrentamento às deficiências do processo de ensino e aprendizagem e rever o planejamento, modificando as estratégias e metodologias utilizadas por esses sistemas.

Salienta-se que os resultados observados até 2019 foram frutos de políticas municipais em educação, tendo como base a evolução dos resultados. Em 2017, iniciava-se um novo

governo no município e um de suas primeiras providências foi reunir técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Gestores Escolares para se pensar em um planejamento estratégico a ser implantado nos anos 2017 a 2020 (período da gestão municipal) com o intuito de melhorar os índices e bater as metas que foram projetadas para o município, conforme quadro acima. Trouxemos as quatro principais políticas executadas durante o período da gestão (2017 a 2020), que, certamente, foram fundamentais para que chegássemos às metas a serem alcançadas. Portanto, as políticas implantadas a partir dos resultados do IDEB:

### **Contraturno Escolar (Escola de tempo integral)**

Uma ação de grande importância para o melhoramento da aprendizagem dos estudantes é, sem dúvida, a ampliação da jornada escolar. Esta ação foi empreendida com 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e teve como objetivo viabilizar mais tempo de estudos, convivência e de socialização dos estudantes.

O município investiu na contratação de professores de Língua Portuguesa e Matemática a fim de trabalhar as habilidades e competências nos componentes citados, fortalecendo a aprendizagem que ocorre na sala de aula regular.

As atividades no contraturno, na perspectiva de jornada escolar ampliada, foram implementadas para as turmas avaliadas que aconteceram na própria instituição de ensino, com acompanhamento pedagógico e monitoramento da aprendizagem dos estudantes.

### **Círculo de Leitura**

Esta ação foi criada em 2018 tendo em vista que as avaliações externas de 2017 demonstraram nas proficiências em Língua Portuguesa que os alunos, tanto do 5º como do 9º ano, ainda apresentam dificuldade com leitura e compreensão textual, bem como na identificação de tipologias textuais e seus objetivos. Habilidades como identificar gênero textual e encontrar informações explícitas ou implícitas no texto são, em grande medida, um empecilho nas questões das avaliações externas.

Sendo a questão da leitura um dos principais desafios da escola, os Círculos de Leitura foram criados junto às bibliotecas das unidades escolares com o objetivo de fortalecer as atividades de leitura e escrita com livros de literatura disponibilizados pela instituição. Esta ação foi de bastante relevância para o crescimento dos índices, uma vez que os atos de ler e interpretar são fundamentais para um resultado satisfatório.

A atividade tinha como foco os estudantes de 5º e 9º anos com maiores dificuldades em leitura, de modo que se buscou fortalecer ações, inclusive de alfabetização, uma vez que

alguns alunos apresentavam problemas muito sérios em relação à leitura e escrita, tendo sido feito diagnóstico em todas as escolas municipais. A ação teve um acompanhamento sistemático por técnicos da Secretaria Municipal de Educação como garantia de suporte à ação, bem como monitoramento dos trabalhos realizados pelas instituições de ensino.

### **Aulas extras aos sábados**

Uma das ações mais desafiadoras foi, sem dúvidas, abrir as escolas aos sábados para que os estudantes tivessem aulas extras, mas também, realizassem outras atividades, tais como esportivas, culturais e artísticas. Foi uma atividade pensada e planejada para que os discentes pudessem participar de tarefas mais dinâmicas e lúdicas, a fim de trabalhar, além do cognitivo, o aspecto emocional.

Como resultado desta ação, a frequência dos estudantes chegou a mais de 90% de cada turma de 5º e 9º anos durante todos os sábados do mês que antecederiam os testes. Ressalta-se a disponibilidade dos gestores escolares, monitores e docentes, os quais foram fundamentais para a realização dessa atividade.

### **Formação de Professores**

Uma das questões mais levantadas em debates quando se trata da formação do professor do Ensino Fundamental, diz respeito ao fato de que o pedagogo é polivalente, o que significa dizer que ele trabalha com os estudantes dos anos iniciais todos os componentes curriculares que fazem parte da estrutura do currículo do 1º ao 5º ano. Enquanto o docente dos anos finais trabalha com o componente em que se formou na sua graduação. O desafio da polivalência fundamenta-se na perspectiva de que o professor precisa ter conhecimento científico das áreas nas quais leciona, o que tem se configurado como uma das principais dificuldades encontradas em salas de aula, visto que só ensinamos o que sabemos. Por outro lado, os pedagogos carregam uma característica igualmente importante ao do conceito das disciplinas, qual seja: Assegurar o processo didático que permita aos estudantes uma aprendizagem verdadeiramente significativa. Quando se trata dos anos finais o processo se inverte, pois os docentes carregam consigo o conhecimento consolidado do componente que leciona ao passo em que processo didático deixa muito a desejar.

Neste sentido, o município consolidou, em 2018, a política de formação continuada dos professores, formando 49 docentes do 5º ano e 42 do 9º ano nos componentes de Português e Matemática, com encontros mensais e carga horária de 120 horas aulas.

Dentre os objetivos da formação de professores está a melhoria das práticas docentes, corrigirem possíveis falhas da formação inicial e trabalhar as habilidades e competências das matrizes de referências as quais norteiam a elaboração dos exames externos. Não temos dúvida de que esta é uma das ações mais relevantes, visto que foi feito um investimento na qualidade dos mesmos, certamente, reflete na aprendizagem dos alunos em sala de aula.

As avaliações em larga escala produziram efeitos importantes e benéficos à educação do município em destaque, fortaleceu o processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, dos resultados de tais avaliações. Como resultados, o crescimento do IDEB foi contínuo e, assim, a aprendizagem e desempenho dos alunos puderam avançar como mostra o quadro exposto acima.

Ressalta-se que a pandemia da COVID 19, iniciada em março de 2020, foi um empecilho para a continuidade das ações mencionadas acima, bem como, em função disso, vimos uma queda no ano de 2021 no índice do 5º ano e um aumento muito ligeiro no índice do 9º ano, demonstra que para os anos próximos far-se-ão necessárias diversas outras ações de melhoria das aprendizagens dos estudantes como as relatadas anteriormente, além da implementação de mais atividades de fortalecimento dos professores e das instituições de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As avaliações externas colocadas pelo Governo Federal e Estadual revelam um maior envolvimento por parte do poder público com o processo educacional brasileiro, pensando e repensando políticas públicas de educação para melhoria dos índices educacionais.

A partir de então, os municípios vêm se adaptando a esta realidade e correndo atrás de novas metodologias e estratégias que garantam resultados positivos no processo de avaliação. No município de Maranguape não foi diferente, tanto que é perceptível a evolução com base nos índices e isto se deve, também, a implantação de políticas e ações educacionais a fim de focar na aprendizagem do aluno e nos índices das avaliações externas. Dentre essas ações destacamos: Formação continuada dos professores, fortalecimento da escola de Tempo Integral (contraturno), projetos de leitura, etc.

O alvo das avaliações externas é a qualidade do processo educacional de uma forma em geral, ou seja, verifica um sistema como um todo e um dos seus principais propósitos é criar políticas públicas para o país, estados e/ou municípios. Assim as mesmas também testam o conhecimento dos alunos, como avaliam uma série de questões que fazem parte do processo ensino e aprendizagem.

Embora a concepção de qualidade não esteja associada exatamente a um índice, ou seja, uma nota alta no IDEB, não significa necessariamente, que a escola apresenta um nível de aprendizado elevado, realizar tais avaliações é fundamental para que se pense em mudanças importantes para a educação. A qualidade não se reduz aos índices do IDEB mas, certamente, busca por bons índices incitam ações de elevação da qualidade da aprendizagem. Nesta perspectiva, as avaliações em larga escala têm se mostrado extremamente positiva, isso ficou muito claro no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Percebe-se hoje um interesse muito maior por parte dos gestores e professores em estarem se aperfeiçoando dentro do processo de desenvolvimento da educação. A realização dessas avaliações tem despertado muitos professores para uma reflexão sobre sua prática através das formações docentes, repensando suas ações e modificam seus conceitos.

Acredita-se, portanto, que este trabalho evidencia de forma clara e objetiva, a importância do papel das avaliações em larga escala para o sistema educacional como um todo, especialmente em Maranguape, município debatido neste artigo. Mostra que os resultados das avaliações provocaram efeitos concretos no planejamento e execução de ações, notadamente nos anos de 2017 a 2021, embora tenha havido descontinuidade por conta da pandemia da COVID 19.

Espera-se concretamente que outras pesquisas surjam com este tema, abordando de forma mais profunda e oportunizando uma discussão mais ampla sobre as questões aqui colocadas e salienta-se sua importância para a vida profissional do autor do artigo, pois aprofundei meus conhecimentos sobre as avaliações externas e os efeitos de seus resultados na formulação de políticas públicas educacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020. (Novo Fundeb). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>> Acesso em 21 jan 2023.
- CALDERÓN, Adolfo-Ignacio; BORGES, Regilson Maciel. Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 12, n. 34, p. 28-58, mar. 2020. ISSN 2175-2753. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2281>>. Acesso em: 01 fev. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v12i34.2281>.
- GATTI, Bernardete A. O Professor e a avaliação em sala de aula. *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 27, p. 97-113, jan./jun. 2003.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002
- GIMENO SACRISTÁN, José. A Avaliação no ensino. In: GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Saeb (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/saeb-sistema-nacional-de-avaliacao-do-ensino-basico/>>. Acesso em 05 fev 2023.
- PÁDUA, E. M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.
- WERLE, F.O.C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KnxbVPCbHDBHKzHXwh66vkz/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 21 jan. 2023.